

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: ANOS REGULARES DO ENSINO

INCLUSION OF CHILDREN WITH DISABILITIES: REGULAR YEARS OF EDUCATION

Késsia Janara Mafra¹
Marcilene Popper Gomes²

RESUMO: O objetivo deste estudo reside em analisar o sistema inclusivo na área educacional do município de Guabiruba- SC, verificando as metodologias utilizadas para desenvolver as potencialidades dos alunos deficientes. O estudo foi desenvolvido em escolas públicas da rede municipal de ensino nos anos iniciais do ensino; faixa etária entre 6 a 10 anos. Para fazer o levantamento de dados foram realizadas entrevistas e observações nas escolas participantes do estudo, embasado em pesquisas bibliográficas e na legislação municipal comparada com a legislação nacional para a análise de dados que norteiam o processo inclusivo. Ainda, buscou-se averiguar se o aluno está na escola por interação social ou se realmente está desenvolvendo as suas habilidades e potencialidades, pois é na escola que os alunos tem a primeira vivência do que é sociedade onde os professores tornam-se mediadores neste processo. A pesquisa revela que ainda precisa-se desenvolver muitos aspectos sobre esta temática, pois com o decorrer do estudo foi constatado que muitos professores ainda tem dúvidas sobre a inclusão, sobre o que fazer ou como fazer, como desenvolver as habilidades desses alunos, por exemplo. É preciso desenvolver práticas pedagógicas inclusivas que possam auxiliar e colaborar para o processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência. Por fim, observa-se que cada dia aumenta a convivência com pessoas deficientes na sociedade, neste sentido, se faz necessário buscar novas propostas pedagógicas e consolidar as propostas que já estão obtendo resultados positivos que irão colaborar no processo de inclusão.

Palavras-chave: Escola. Legislação. Inclusão.

ABSTRACT: *The objective of this study is to analyze the inclusive system in the educational area of the municipality of Guabiruba- SC, verifying the methodologies used to develop the potential of the disabled students. The study was developed in public schools of the municipal school system in the initial years of teaching; aged between 6 and 10 years. In order to collect data, interviews and observations were made in the schools participating in the study, based on bibliographical research and municipal legislation, compared to national legislation for the analysis of data that guide the inclusive process. Also, it was sought to find out if the student is in the school through*

¹ Késsia Janara Mafra. Especialização em Educação da UNIFEBE. *E-mail:* kessia_mafra@hotmail.com

² Professora orientadora Marcilene Popper Gomes. Mestra em Educação. *E-mail:* marci@unifebe.edu.br

social interaction or if he is really developing his abilities and potentialities, because it is in the school that the students have the first experience of what society is where the teachers become mediators in this process . The research reveals that we still need to develop many aspects on this subject, because with the course of the research it was found that many teachers still have doubts about inclusion, what to do or how to do, how to develop the skills of these students, for example. It is necessary to develop inclusive pedagogical practices that can help and collaborate for the teaching-learning process of students with disabilities. Finally, it is observed that each day increased coexistence with disabled people in society, in this sense, it is necessary to seek new pedagogical proposals and consolidate the proposals that are already achieving positive results that will collaborate in the inclusion process.

Keywords: *School. Legislation. Inclusion.*

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa refere-se à temática de inclusão no ensino público municipal de Guabiruba – SC, nos anos iniciais do ensino regular. Deseja-se constatar e analisar metodologias que são utilizadas durante o processo de inclusão de alunos com deficiência verificando se suas potencialidades e habilidades estão sendo desenvolvidas para que este possa conviver em sociedade. Vale ressaltar que, a escola é o primeiro contato que as crianças têm com um mundo diferente daquele que elas vivenciam em casa, é o seu primeiro contato com a sociedade e para alunos com deficiência ocorre o mesmo. Para início da pesquisa fez-se o uso de uma pesquisa bibliográfica para contextualizar a temática, após entra-se em aspectos legislativos e vivências do processo no contexto escolar, para enfim verificar metodologias que já estão sendo utilizadas pelos professores e talvez sugerir a reflexão a novas práticas.

Sabe-se o quanto é importante pesquisar sobre inclusão, pois ela está tornando-se algo rotineiro do nosso cotidiano, é notável que ainda não nos encontramos no ideal para a inclusão, e precisamos perceber isto e buscar soluções e informações que possam colaborar no processo de ensino-aprendizagem. Não estamos mais sujeitos a encontrar pessoas com deficiência somente nas escolas, convive-se com essas pessoas em sociedade, no trabalho, em hospitais, e por isso torna-se de suma importância pesquisar esta temática para que estes cidadãos também possam exercer sua cidadania, estando ciente de seus direitos e deveres.

Além disso, é importante refletir um pouco sobre como seria se tivessem um filho, um irmão ou uma irmã, algum grau de parentesco com alguma pessoa com deficiência, desejaria que ele (a) fosse tratado da melhor forma possível, que desenvolva se todo seu potencial para poder viver, obter uma qualidade de vida maior, ter um desenvolvimento pleno. A abordagem a esta temática não garante somente o cumprimento da lei ou a garantia de direitos, mas a busca por uma sociedade onde pessoas ideias e ideais diferentes possam conviver de forma mais justa. É na escola onde começamos a desenvolver o respeito às diferenças para a construção de uma sociedade mais compreensiva, despertar os alunos ao novo, ao diferente, sem exaltar suas diferenças mais os ensinando que é na diferença que nos completamos. Concordo com Mantoan (2003) quando afirma: “Nem todas as diferenças necessariamente inferiorizam as pessoas. Há diferenças e há igualdades — nem tudo deve ser igual, assim como nem tudo deve ser diferente.” A diferença não torna ninguém menor, inferior ao outro, tudo e todos são importantes no processo de inclusão, um pode aprender com o outro, as diferenças podem se completar e o que um não consegue realizar o outro poderá ajudar.

É justo questionar - Será que todos os direitos são contemplados como diz a lei? Será que realmente há a inclusão nas escolas como deveria ser? Sabe-se que não é um processo fácil e muito menos simples, serão encontrados inúmeros desafios durante este processo, mas não é permitido desistir, pois mais cedo ou mais tarde terá de superar tais adversidades e o processo não irá tornar-se tão penoso. Ainda, é um desafio desenvolver uma visão mais ampla do que é o processo de incluir, pois ele não colabora somente com o aluno deficiente ele ajuda o outro a compreender as inúmeras dificuldades que se pode encontrar em nossas vidas, observando o tempo que seu colega leva para aprender alguma coisa que talvez fosse muito fácil para ele. Portanto, esse processo engloba todas as pessoas que direta ou indiretamente interagem com pessoas deficientes, temos o início da inclusão na escola, mas que não pode parar por aí, a escola é uma porta que se abre para a sociedade, hoje todos se encontram como alunos em salas de aula, no futuro iram conviver em sociedade, talvez com vínculos empregatícios e com uma base de cooperação e compreensão criada na escola sua aceitação na vivencia em sociedade irá se tornar mais exequível.

Por fim, precisa-se de ações que realmente colaborem para o desenvolvimento íntegro das pessoas com deficiência, para que elas realmente aprendam a ler e escrever, pois possuem capacidades e habilidades para isso, mas que elas possam ir, além disso, pensar sobre seus atos, questionar o que envolve a participação delas em sociedade, criar a sua identidade, construir sua subjetividade. Cury (2003, p. 68) descreve: “bons professores cumprem o conteúdo programático das aulas, professores fascinantes também cumprem o conteúdo programático, mas seu objetivo fundamental é ensinar os alunos a serem pensadores e não repetidores de informações”. Parte-se deste pressuposto, não é recomendado recriar “nossas verdades” nos alunos, sejam eles quem for ou que condição tiverem, deve-se formá-los para refletirem sobre a sociedade em que irão viver, criarem suas próprias verdades e buscar melhores condições de vida.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Para iniciar as discussões sobre a temática inclusão escolar é necessário fazer uma volta histórica para melhor contextualizar esse processo. Também, é de grande valia englobar aspectos legislativos e processos que colaboraram para o delineamento da educação inclusiva até o momento. Cada vez mais se faz necessário intensificar as pesquisas sobre a inclusão, pois está tornando-se comum e natural conviver com as diferenças, porém o conhecimento sobre esse assunto urge de ser ampliado visando garantir o processo de ensino-aprendizagem. Todos estão sujeitos a se deparar com este processo seja na escola, no trabalho, na convivência em sociedade no geral. Para iniciar a contextualização é importante entender que houve um tempo em que as pessoas com deficiência eram consideradas seres “anormais”. Segundo Borges e Pellizzaro (2011, p. 27), um contexto histórico sobre o início da inclusão:

Na idade antiga, as pessoas que apresentavam características “anormais” em relação as outras, eram mortas logo após o nascimento. Já, na idade média,

elas já não eram mais mortas, no entanto, acreditava-se que eram bruxas, indivíduos tomados pelo demônio. Depois de muito tempo passaram a ser vistas como doentes, sendo que foi a partir deste entendimento que surgiram os primeiros hospitais psiquiátricos que tinham como objetivo proteger a sociedade destas pessoas, pois se acreditava que elas ofereciam risco aos indivíduos tido como “normais”. Depois dos hospitais psiquiátricos vieram as primeiras escolas residenciais que abrigavam os deficientes auditivos e visuais, excluindo-os do convívio da família.

Durante muitos anos perdurou o atendimento médico a essas pessoas e a exclusão da sociedade era nítida, seu isolamento do convívio social era extremo e seus atendimentos eram feitos em instituições que prestavam serviço à sociedade tornando a inclusão como um dever árduo para com a sociedade, já que estes não poderiam estar em outros âmbitos educacionais, sociais, políticos. O processo de inclusão foi tardio, muitos anos se passaram e estudos começaram a questionar e avaliar tal situação a partir daí surgiram alguns documentos que embasavam essa inclusão e davam ideias de novos olhares para essas pessoas. Os primeiros avanços acerca da inclusão se deram a partir da Constituição de 1988, que discursa sobre objetivos fundamentais que excluem preconceitos e garantem a inclusão de todos na escola. Constituição (1988):

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. [...] (p. 15).

Ainda, conforme a Constituição (1988):

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...] (p. 160).

No entanto, antes disso em 1981, a ONU criou o Ano Internacional da Pessoa Deficiente. Notamos, que a partir da década de 1980, que começaram ações mais concretas a respeito da inclusão, mas ainda não era uma inclusão ideal. Então, novos

documentos foram surgindo como: Declaração de Jomtien - Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos (1990); ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); Declaração de Salamanca (1994) buscou-se estabelecer o acesso e a qualidade aos alunos com necessidades educacionais especiais; LDB (1996) Lei 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional fundamentou o que já vinha se pensando até o momento sobre inclusão escolar e estabeleceu maiores garantias de qualidade no ensino. Todos esses documentos foram delineando a inclusão para os dias atuais e ainda existem ainda mais documentos, que asseguram a permanência e o acesso das pessoas com deficiência a escola.

Em 2015 foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Essa lei, como as outras, veio para afirmar alguns conceitos já conhecidos, mas também para delinear outros. A Lei foi sancionada em janeiro de 2016, e sua maior contribuição para a educação foi que é preciso desenvolver todas as habilidades e talentos possíveis da pessoa com deficiência em todos os níveis escolares, reforçando ainda mais esse direito. Também, entende-se que a criança não pode estar na escola apenas para ser integrada socialmente, ela realmente precisa atribuir significados ao que está aprendendo de acordo com as necessidades dela e criando esses significados torná-la mais independente, pois, ela é uma criança igual as outras com direitos e deveres que precisam ser respeitados nas suas especificidades e subjetividades. Trago aqui o Art. 27 da Lei:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Ainda, é de suma importância analisar a legislação municipal sobre inclusão, para verificar o que está sendo pensado e elaborado no cenário municipal. Em consulta ao PME (Plano Municipal de Educação) verificou-se de que forma ocorre o ensino dos educandos deficientes em escola especial, trazendo dados referentes ao atendimento somente nessa instituição. Já em consulta com a lei nº1487/2014 percebe-se que o município se preocupa em inserir tais alunos em séries regulares do ensino e criar

subsídios para que possam conviver em sociedade, além de outras preocupações levantadas. Segue na íntegra o Art. 124 da Lei nº 1487/2014 do município de Guabiruba:

Art. 124. O sistema municipal de ensino assegurará aos alunos com deficiência: I - Espaços adequados e facilitados, currículos próprios, métodos, técnicas e recursos pedagógicos e tecnológicos para atender às necessidades dos educandos com necessidades especiais; II - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; III - Terminalidade específica para aqueles que não puderam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; IV - Temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em tempo maior o currículo previsto para o ano/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande defasagem idade/ano; V - Professores com especialização adequada em nível superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; VI - Articulação com os órgãos oficiais afins, para oferta da educação especial para o trabalho. VII - Conhecimento da demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos. VIII - Setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva. IX - Atendimento Educacional Especializado (AEE), com a função de complementar ou suplementar à formação do aluno, por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para a plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (p. 43)

Será que todos os direitos são contemplados como diz a lei? Será que realmente há a inclusão nas escolas como deveria ser? Verificando e pesquisando sobre esta temática não se está somente garantindo direitos, mas cumprindo a lei. Também, colocar-se na visão do outro, para querer que nossos direitos fossem cumpridos não somente por garantia, mas por uma qualidade de vida maior, para um desenvolvimento pleno, para o exercício da cidadania. A escola torna-se um lugar onde ideias diferentes convivem para a construção da sociedade, e cabe ao professor mediar o processo de inclusão, despertar os alunos para o novo, o diferente sem discriminações, aceitando o outro como um ser igual, mas que precisa de atendimentos diferenciados para a qualidade de seu ensino, para a efetivação de sua aprendizagem.

Concorda-se com Mantoan (2003), quando afirma: “Nem todas as diferenças necessariamente inferiorizam as pessoas. Há diferenças e há igualdades — nem tudo deve ser igual, assim como nem tudo deve ser diferente.” A diferença não torna ninguém menor, inferior ao outro, tudo e todos são importantes no processo de inclusão, um pode aprender com o outro, as diferenças podem se completar e o que um não consegue realizar o outro poderá ajudar. Portanto, esse processo engloba todas as pessoas que direta ou indiretamente interagem com pessoas deficientes, temos o início da inclusão na escola, mas que não pode parar por aí, a escola é uma porta que se abre para a sociedade. Por fim, escola, família e sociedade devem caminhar juntas para atender todas as necessidades dos alunos deficientes e os ditos normais, dando significado às suas vivências para assim alcançar o desenvolvimento pleno.

2.2 INCLUSÃO E A ESCOLA

Convive-se nas escolas com questões de diversidade étnicas, culturais, sociais, de gênero que ao longo dos anos estão se tornando cada vez mais rotineiras, ou seja, menos preconceitos e mais respeito. Essas situações são muito ligadas à subjetividade do ser e para tentar solucioná-las deve-se buscar formações continuadas, capacitações e/ou cursos. No entanto, as soluções não serão encontradas somente em especializações ou cursos, algumas vezes as situações do cotidiano ensinam práticas relevantes para tais situações. Para a inclusão de crianças com deficiência ocorre o mesmo, muitas vezes presume-se que não se pode desenvolver habilidades de determinadas crianças só por não terem a constituição humana dentro daquilo que se imagina ser a formação normal, e nessa linha de pensamento não se promove a aprendizagem significativa. De acordo com Mittler (2000 apud MANTOAN, 2003, p.14)

Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aula, especialmente atender os alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageraram essa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos.

Faz-se necessário que ter uma visão mais ampla do que é o processo de incluir, pois ele não colabora só para o aluno deficiente, mas para todos os envolvidos,

respeitar o tempo de aprendizagem, as dificuldades dos outros trarão benefícios para a convivência em sociedade, pois, hoje, todos são alunos em uma sala, no futuro irão conviver com vínculos empregatícios e já possuindo está base criada na escola de compreensão e cooperação, a aceitação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho também se tornará mais viável a todos. O desafio está em aflorar hoje, nas escolas, o que se deseja ver amanhã na sociedade. Nesse sentido, é justo dizer também que este não é um processo simples e fácil, mas que na convivência diária pode-se ir criando vivências para a construção das perspectivas e da identidade dessa geração. Mantoan (2003) afirma:

A perspectiva de se formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação e da fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças, o que não exclui a interação com o universo do conhecimento em suas diferentes áreas. (p. 9).

Precisa-se de ações que realmente colaborem para o desenvolvimento íntegro das pessoas com deficiência, para que elas realmente aprendam a ler e escrever, pois possuem capacidades e habilidades para isso, mas que elas possam ir, além disso, pensar sobre seus atos, questionar o que envolve a participação delas em sociedade, criar sua identidade, construir subjetividade. Cury (2003, p. 68) descreve: “bons professores cumprem o conteúdo programático das aulas, professores fascinantes também cumprem o conteúdo programático, mas seu objetivo fundamental é ensinar os alunos a serem pensadores e não repetidores de informações”. Parte-se desse pressuposto, não se deve recriar verdades em nossos alunos, sejam eles quem for ou que condição tiverem, deve-se formá-los para refletirem sobre a sociedade em que irão viver, criarem suas próprias verdades e buscar melhores condições de vida.

A temática Educação Inclusiva está cada dia mais presente no cotidiano, cada dia que passa a escola está sujeita a receber mais matrículas de alunos com deficiência e se faz necessário preparar-se para contemplar as necessidades básicas de tais alunos. Pensar em acessibilidade, comunicação assistiva, adaptações no currículo, leis que garantem e colaboram para que esse processo ocorra de fato. É fato que não é uma tarefa simples e fácil, precisa estar disposto a enfrentar as adversidades que surgem com o processo e para isso buscar conhecer o que delineou os processos inclusivos até os dias atuais se torna imprescindível.

Quando a escola recebe alunos com deficiência deve pensar nas adaptações necessárias a serem realizadas para que ao menos as necessidades básicas desses alunos sejam atendidas, para que possam ter dignidade ao estudar, para terem acesso às salas de aula, aumentando sua qualidade de vida para não estarem na escola por mera integração ou socialização. Que de fato se possa criar condições para que esses alunos desenvolvam suas potencialidades e habilidades dentro da escola, que é o primeiro contato dos alunos com a sociedade, a primeira vivência de sociedade que os alunos têm, expressar aos nossos alunos que todos possuem direitos e deveres e que eles precisam ser respeitados é parte fundamental em todo esse processo, criando a consciência crítica em nossos alunos para exercerem sua cidadania.

Com a recepção de alunos com deficiência precisa-se procurar adaptar as questões físicas e pedagógicas, para atender ao direito dessas pessoas que é frequentar séries regulares do ensino. Quanto a isto Mantoan (2003): “Estamos “resinificando” o papel da escola com professores, pais, comunidades interessadas e instalando, no seu cotidiano, formas mais solidárias e plurais de convivência. É a escola que tem de mudar, e não os alunos, para terem direito a ela!” Pensar em ressignificar as práticas para melhor atender os alunos com deficiência também colaborará com os alunos ditos “normais”, revendo as metodologias, refletindo sobre as ações procurando desenvolver cada vez mais as capacidades dos nossos alunos, atendendo às questões intelectuais, físicas, sociais, sensoriais. Esse movimento de modificar metodologias e ressignificar o papel da escola só elevará a qualidade de ensino, pois serão verificadas as problemáticas e, dessa forma, buscar novos métodos de solucioná-los.

Para compreender como a educação inclusiva se delineou até os dias atuais, buscou-se fatos legislativos e relatos sobre a história da educação inclusiva, pois se sabe que é um fato um tanto quanto recente na sociedade. Vale levantar tais dados para entender os movimentos pensados nos dias atuais, quais avanços foram obtidos, que leis garantem esse processo e o que está sendo feito nas escolas, para posteriormente, analisar as metodologias utilizadas e talvez propor novos métodos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização desta pesquisa primeiramente foi desenvolvido um projeto de pesquisa que foi devidamente submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE, após isso a pesquisadora entrou em contato com o Secretário de Educação do município de Guabiruba onde apresentou sua pesquisa, deixando uma cópia de seu projeto com o mesmo e colhendo assinatura no Termo de Concordância do Serviço Envolvido.

Com estas etapas concluídas a pesquisadora foi a duas escolas do município onde observou algumas aulas, realizou anotações e realizou entrevistas com as pessoas envolvidas no processo de inclusão na escola. A entrevista semiestruturada foi elaborada previamente no projeto, onde poderia levantar outras questões no decorrer da entrevista. Assim, a entrevista foi aplicada conforme a disponibilidade das escolas e de seus funcionários, em horários de trabalho, mas de forma que não prejudicasse o andamento das aulas, preferencialmente se realizou nas horas atividades dos professores. Com o andamento de algumas entrevistas foi necessária desenvolver algumas questões com o entrevistado para enriquecer o assunto. Também, todos os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde o entrevistado concorda em participar da pesquisa por vontade própria sem receber nenhum incentivo financeiro para isso, assegurando assim o entrevistado e o entrevistador.

Após estes procedimentos, a pesquisadora transcreveu todas as entrevistas que foram gravadas e transcritas de forma que os sujeitos não possam ser reconhecidos, como diz a norma do Comitê de Ética em Pesquisa resguardando todos os dados e sujeitos envolvidos, sendo assim os dados coletados serão utilizados somente pela pesquisadora com a finalidade de compreender o processo de Inclusão de crianças com deficiência nos anos iniciais do ensino regular do município de Guabiruba.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para realização da pesquisa foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com a finalidade de obter dados para delinear o sistema inclusivo, ainda a pesquisadora observou algumas aulas para constatar as falas das entrevistas e verificar como ocorre

o processo de inclusão nas escolas do município de Guabiruba, as observações ocorreram nos anos iniciais do ensino regular e participaram da pesquisa pessoas que atuam na escola que direta ou indiretamente colaboram com o processo de inclusão.

Para não identificar os sujeitos que participaram da pesquisa e quando for necessário utilizar alguma fala dos entrevistados, estes serão tratados como entrevistado 1, entrevistado 2 e assim por diante. Participaram deste estudo duas escolas, sendo que em cada escola foram observadas duas turmas e quatro pessoas entrevistadas. Com isso, conseguir cumprir o objetivo geral do trabalho analisar como ocorre a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares.

Com as observações foi possível identificar que os alunos que possuem laudo médico, comprovando sua deficiência e/ou transtorno são atendidos nas escolas do município, frequentando o ensino regular dentro de suas limitações. Com isso, nos deparamos com dois paradigmas os alunos estão nas escolas para inclusão ou integração? Pretendo no decorrer do trabalho trabalhar com estes conceitos. Para isso, concordo com Mantoan (2003):

Os dois vocábulos — “integração” e “inclusão” —, conquanto tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes. Destaquei os termos porque acho ainda necessário frisá-los, embora admita que essa distinção já poderia estar bem definida no contexto educacional. (p. 15)

Assim, iniciamos nossas discussões sobre esta temática inclusão. Em pleno século XXV alguns alunos estão na escola para mera integração? Ou estão na escola de fato aprendendo? Destaco a fala da autora, pois ainda hoje precisamos fazer esta distinção dos dois para verificarmos o que estamos fazendo nas escolas, não estou aqui para julgar se é certo ou errado, mas para apontar os achados da pesquisa em torno deste conhecimento. Vale ainda ressaltar que Mantoan (2003) afirma sobre integração:

O processo de integração escolar tem sido entendido de diversas maneiras. O uso do vocábulo “integração” refere-se mais especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes. (p. 15)

E sobre a inclusão ela afirma:

Quanto à inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. (p. 16)

Entendendo estes dois conceitos pode-se partir para a análise das questões delineadas durante a pesquisa. Durante as observações foi possível constatar que ainda se tem muito para evoluir quanto a inclusão e após nas entrevistas obteve-se a confirmação deste pensamento, pois ainda não se sabe como “lidar” com determinados alunos, como desenvolver suas habilidades, pois ainda se esta somente integrando muitos alunos. Realizar jogos repetitivos que não acrescentam e não constroem conceitos para o aluno são mera integração do aluno, manipular letras para passar o tempo, para ter o que fazer será este mesmo o papel da escola quanto à inclusão? Alguns dos entrevistados concordam quando dizem que a escola ainda não está preparada e que está muito longe do ideal que precisaríamos de pessoas qualificadas e especializadas para isso. Faço aqui um recorte da entrevista quanto a esta problemática:

Entrevistado 4: “[...] o que eu percebo assim, se a gente for falar do espaço físico já, já tem um entrave muito grande ali né, e o preparo né, na faculdade a gente aprende sobre educação inclusiva, muitos profissionais vão atrás quando eles têm um aluno, com alguma especificação assim, mas a caminhada é longa, tá muito longe do ideal, muito longe.”

Entrevistado 2: “No atual formato, eu creio que não, ainda a gente tem que evoluir bastante, assim em termos de conhecimento, de formação dos professores e também da própria estrutura da escola que as vezes não tem alguém que saiba dar algum suporte maior ou os instrumentos que a gente precisaria.”

Sendo assim, pode-se verificar que ainda se está longe de uma educação inclusiva, não se consegue atender aos alunos nem nas adequações físicas da escola, se faz necessário mais discussões, mais formações a respeito, digo ainda é preciso entender as políticas de inclusão para poder aplica-las efetivamente, pois não se consegue aplicar a legislação nem no espaço físico, e fica aqui ainda um questionamento - Em outros quesitos a escola consegue aplicar a legislação,

desenvolvendo as potencialidades dos alunos com deficiência. Contudo, pode-se arriscar e propor uma reflexão de como ocorre a inclusão de crianças com deficiência nos anos iniciais, no município de Guabiruba.

Ainda, quando os entrevistados foram questionados sobre a legislação, se a mesma se encontra com pontos divergentes, alguns responderam neste sentido, acreditam que a legislação é cumprida integralmente, sendo que outros desconhecem, e ainda outros acreditam que e está longe de ser cumprida. Dois dos entrevistados desconhecem a legislação inclusiva e aqueles que conhecem acreditam que ela não é cumprida integralmente.

Entrevistado 3: “ [...]Não, ela não é cumprida. Muitas coisas não são cumpridas. [...] Acessibilidade, bastante a gente não vê... (pausa) Acessibilidade dessas crianças, o planejamento diário do professor, é são exemplos assim que a gente identifica com bastante facilidade.”

Entrevistado 5: “ [...]Não, completamente não (risos), nem um terço, nem um mínimo não é cumprido, nem a acessibilidade não é cumprida.”

Ainda, se evidenciou outro dado que é tão importante quanto e irá delinear o desenvolvimento destes alunos, integração ou inclusão? Evidenciando as praticas pedagógicas as metodologias utilizadas e verificando ainda o desenvolvimento do aluno. Nas entrevistas se percebeu que grande parte dos alunos está na escola para desenvolver apenas as habilidades sociais, a vivência em sociedade e apenas em alguns casos, onde as deficiências não acometem tanto os alunos é possível desenvolver outras habilidades. Veja alguns relatos sobre a aprendizagem dos alunos, se eles realmente se desenvolvem ou não temos opiniões divergentes sobre o assunto.

Entrevistado 1: “ Eu acho que algumas sim, outras não , tudo específico de cada criança né, de cada problema, de cada especialidade de cada um. Eu acho que cada um tem uma coisa diferente da outra para ser trabalhada muitas vezes não é, entendeu? [...] cada um no seu tempo, mas eu consigo ver, assim a melhora tanto no cognitivo, como social, na coordenação motora, na aprendizagem, no aprendizado eu consigo ver a diferença.”

Entrevistado 2: “ [...] vendo assim os vários alunos que a gente já teve aqui na escola, da para ver que eles avançaram. Não sei te dizer se tanto quanto deveriam ou mais ou menos, não tenho a capacidade de te dizer, mas que eles têm uma evolução isso da para ver. ”

Entrevistado 3: “ O que eu percebo mais, vamos supor assim na realidade dessa escola, eu acho que mais o que mais acontece com esses alunos são as habilidades sociais, por que eles estão socializando, estão trocando né, tipo estão conversando com outros, então eles estão no meio. A questão pedagógica eu acho que falha muito sabe, tinha que ser uma coisa muito mais elaborada [...] ”

Entrevistado 5: “ Observar, eu consigo observar, justamente na parte social né, na parte de alfabetização nas minhas turmas não há progresso, nos meus dois alunos não há progresso, mas por exemplo nós temos o caso de um outro autista que ele interage socialmente, oras dias sim, oras dias não, a gente percebe que esse contato com outras crianças da mesma idade acaba sendo importante porque o outro imita né, do ensino-aprendizagem não, da convivência social sim. ”

Com estas opiniões divergentes deve-se pensar se os alunos realmente se desenvolvem ou só estão na escola por causa de uma questão social ou até mesmo porque a lei os obriga a estarem nas escolas. Verifica-se ainda, que quando o aluno tem uma deficiência que possa ter um comprometimento maior do que um transtorno ou uma síndrome eles já são rotulados e classificados, como se não fossem desenvolver nenhuma habilidade, que ficara estático sem nada aprender. Quanto a isso Mantoan (2003):

Nessas orientações, entendem-se as deficiências como “fixadas” no indivíduo, como se fossem marcas indelévels, as quais só nos cabe aceitá-las, passivamente, pois pensa-se que nada poderá evoluir, além do previsto no quadro geral das suas especificações estáticas: os níveis de comprometimento, as categorias educacionais, os quocientes de inteligência, as predisposições para o trabalho e outras tantas mais. (p.19)

Com isto, pode-se afirmar que já se vinha discutindo e discursando sobre isso e nada ainda mudou, percorre-se o mesmo caminho, não se desenvolve nenhuma prática pedagógica para solucionar tais problemas, não se consegue evoluir e não se evolui nossos alunos, não se desenvolvem as potencialidades simplesmente são colocados rótulos e vão aprovando estes alunos mesmo sem saber sua capacidade. Assim, pode-se evidenciar o que acontece no processo de ensino-aprendizagem. Contudo, não me cabe delegar se o que acontece é correto ou errado, se estes alunos conseguem ou não se desenvolver, é apenas um olhar sobre a inclusão, um despertar para quem sabe pensarmos a respeito e tentarmos buscar soluções para resolver tais problemáticas. Mantoan (2013, p. 25) ” [...] Antes de ser um sujeito, um aluno tem o

rótulo de deficiente, o que parece apagar a possibilidade de lhe ser atribuído outros papéis ou outras qualidades, características que definiriam ações para e com ele.” A problemática está em como são tratados os alunos e como os acabam sendo rotulados.

Outra problemática que foi levantada é o ensino ser realizado em instituições especiais, onde esses alunos poderiam ter maior apoio pedagógico, pois estas instituições devem ter um aparato maior para auxiliar esses alunos. Conforme:

Entrevistado 7: “ *Eu penso assim da Educação Inclusiva assim que poderia ter, como eu posso te dizer, (pausa) que eles deveriam estudar os casos das crianças que tem necessidade de aprender e as crianças que não tem necessidade de aprender, sabe assim, porque tem muita criança da inclusão que tem a necessidade de aprender, que deveria estar na escola como deveria estar na APAE, e tem crianças que não tem condições de aprender e esta na escola e não esta na APAE, eu penso assim. ”*

Entrevistado 6: “ *Educação inclusiva, nos dias de hoje a gente recebe muitos alunos com deficiências, alguns casos leve, outros mais complicados, que vejo muito, que nós da educação pública não estamos preparados para receber certos casos de educação inclusiva, é um dos casos mais graves, mais críticos como é deficiência intelectual, motora grave, acho que as escolas não deveriam estar recebendo, acho que a APAE deveria continuar com esse trabalho por que nós professores não fomos preparados para isso. ”*

Pode-se perceber aqui o quão complicado é incluir crianças com deficiência nas escolas, ainda temos muitos professores que pensam que o lugar de muitas crianças não é no ensino regular, que elas deveriam somente frequentar instituições de ensino especial, que lá teriam maiores estímulos para o seu desenvolvimento. Esta opinião é um tanto quanto equivocada, pois uma criança aprende com a outra e é na diversidade, no diferente que as crianças se complementam e se compreendem. Mantoan (2003)

“A escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral.” (p. 23).

Deve-se parar de categorizar nossos alunos e olhar para os sujeitos que eles são, tratando-os da forma que gostaríamos de ser tratados sem preconceitos, sem opiniões formadas a respeito do ele irá se tornar.

Para isso, é preciso desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, efetivar as políticas de inclusão, quebrar este sistema vicioso que não tem espaço para as diferenças, “O direito à diferença nas escolas desconstrói, portanto, o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, elitista, com suas medidas e seus mecanismos de produção da identidade e da diferença.” (Mantoan, 2003, p. 20).

A pesquisa talvez evidenciou uma solução para o desenvolvimento cognitivo dessas crianças, todos os profissionais entrevistados concordaram que talvez um segundo professor de turma, um professor especializado para atender estas crianças conseguiria desenvolver muito mais as potencialidades e que há alguns anos atrás havia no município, mas no momento estes alunos são atendidos por cuidadores, que formados no ensino médio podem atender estes alunos nas escolas, auxiliando, acompanhando e cuidando, não tendo nenhum compromisso com o desenvolvimento pedagógico dos alunos. Seguem dois relatos que evidenciam isto:

Entrevistado 6: “ [...] se tivesse um professor dois seria muito mais aproveitado e muito melhor para criança, seria um trabalho bem mais forte para a criança que às vezes tem uma dificuldade e dependendo do seu laudo, como síndrome de down, com autismo que ainda consegue se desenvolver se tivesse alguém mais diretamente auxiliando. ”

Entrevistado 2: “ Eu acho que primeiro a parte de ter saberes, bem como trabalhar com aquela criança. Ter uma outra pessoa, as vezes auxiliando também ajuda bastante, nós temos a cuidadora, mas quem sabe se fosse um especialista, ajudaria um pouco mais. ”

Por fim, a pesquisa prospectou uma reflexão sobre a inclusão, delineou alternativas que muitas vezes passam despercebidas no cotidiano escolar, também mostrou que alguns que ali trabalham não fazem ideia das legislações que regem a inclusão ou apenas tem uma ideia do que pode ser. Pode-se concluir a análise dizendo que muitos alunos estão na escola somente para sua socialização, como também se constatou nas entrevistas, mas não pode mais continuar neste caminho é preciso modificar conceitos, quebrar paradigmas para solucionar problemas. Assim, se propõe uma reflexão com o pensamento de Mantoan (2003):

Infelizmente, não estamos caminhando decisivamente na direção da inclusão, seja por falta de políticas públicas de educação apontadas para estes novos rumos, seja por outros motivos menos abrangentes, mas relevantes, como pressões corporativas, ignorância dos pais, acomodação dos professores. (p. 31).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidencia a inclusão como um processo que cada vez mais precisa ser estudado, que precisa de discussões sobre esta temática para tentar desenvolver soluções para as problemáticas que surgem no cotidiano da inclusão. Faz-se necessário desenvolver práticas pedagógicas inclusivas para nortear o trabalho pedagógico inclusivo, pois muitos professores ainda se sentem “perdidos” quando recebem um aluno com deficiência, não sabem como desenvolver suas habilidades, não sabem como lidar com determinados casos e também posso dizer que não sabem o que fazer. Todos nós viemos de uma formação que não nos prepara para a diversidade.

É difícil pensar que em pleno século XXI ainda se tenha tantos problemas na educação e que muitos são discutidos há anos e ainda não possuem solução. Observa-se também que o problema não está somente na inclusão de crianças com deficiência, mas em todas as esferas educacionais, na inclusão o problema só se intensifica e torna mais árdua a permanência destes alunos nas escolas e torna mais difícil exercer a profissão de professor.

A inclusão no molde que está ainda, infelizmente não inclui, somente realiza uma integração e em bem poucos casos o aluno de fato aprende os conteúdos programáticos. Muito ainda se preocupa com o aluno aprender a ler e escrever, mas que sentido teria isso para ele? Sabe-se que ser alfabetizado na sociedade de hoje em dia é um dos primórdios do ser humano, mas de que adianta ler e escrever se o aluno não consegue entender o que lhe está sendo solicitado? Se ele não compreende o sentido das coisas? Muito se “acha” que o ler e o escrever são o mais importante, por isso o aluno se torna segregado, colocando-o em um padrão, objetivando a conquista da leitura e escrita, mas esquecemos de que eles também são seres humanos passíveis de falhas, que tem momentos de birras, momentos de raiva, que muitas vezes não querem realizar as atividades propostas, até porque as atividades são descontextualizadas, desconexas da realidade, do cotidiano.

Não se deve pensar que os conteúdos não são importantes, mas não devem ser somente eles. Deve-se unir quesitos sociais com o ensino-aprendizagem, realizar a

interação desse aluno, fazendo com que ele se sinta parte do grande grupo, não sendo aquele deficiente que talvez aprenda alguma coisa, mas se não aprender será aprovado da mesma forma, pois ele tem um laudo. São colocados rótulos em nossos alunos, criamos expectativas que em quase todas às vezes não ajudam a desenvolver as habilidades dos mesmos, talvez hoje eu ensine a letra “A” e ele não aprenda, mas eu tentei uma única vez e já vou desistir? Já parou para pensar quantas vezes essa criança teve que receber estímulos fisioterapêuticos, fonoaudiológicos para falar uma palavra ou levar a comida em sua boca sozinho? São atos que para todos nós são automáticos, mas que para eles demandam tempo e dedicação.

Dedicação, eis um belo exemplo para a educação, não se consegue que a criança aprenda em um único dia, com uma única atividade qual é a letra “A”...., este é um processo longo que demanda tempo, muita dedicação e paciência. Paciência, pois a criança não vai aprender igual aos outros, não vai aprender dentro do padrão único, que foi estipulado, muitas vezes poderá nos surpreender com maneiras inimagináveis de aprender, maneiras que talvez fossem mais fáceis ou mais difíceis, mas que levaram a uma aprendizagem significativa. É preciso parar de “achar” que não se precisa da inclusão, que é só mais uma criança, é só um, os outros estão aprendendo, estão alcançando as expectativas então porque preocupar-se com aquele que não aprendeu? Por que é esta criança que vai presentear com um significado para a vida, que vai permitir alcançar a realização profissional.

Por fim, a inclusão não é apenas das deficiências, mas de todos nós, pois todos nós somos peças importantes da sociedade, cada um com suas especificidades para contribuir com o outro, acrescentar algo na vida de alguém, aprender que nem tudo ocorre no tempo que esperamos e dar valor a cada momento em que vivemos.

REFERÊNCIAS

BORGES, Lucymara Valentini; PELIZZARO, Inês. Os direitos sociais das pessoas com deficiências: Possibilidades e limitações. In: FOGAÇA, Hamilton Rosendo; LOBE, Maria Cláudia Schmitt (Org.). *Síndrome de Down: Manejo e Atenção Clínica*. Blumenau: Nova Letra, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* [recurso eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA2017: Estatuto da Criança e do adolescente. Versão atualizada. Rio de Janeiro: Cedeca, 2017.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

CURY. Augusto Jorge. *Pais brilhantes, Professores fascinantes; A educação inteligente: formando jovens pensadores e felizes*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

GIL. Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUABIRUBA. Lei Ordinária, Nº 1487/2014. Guabiruba: Prefeitura de Guabiruba, 2014.

GUABIRUBA. Plano Municipal de Educação de Guabiruba, Documento Base. Guabiruba – SC. Secretaria Municipal de Educação, 2015.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 21ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. Para uma escola do século XXI. Campinas, SP: UNICAMP/BCCL, 2013.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1990.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais. 1994.